

Minuta

**PARECER Nº , DE 2023**

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 905, de 2023, do Senador Eduardo Girão, que *requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Institucionais, informações sobre sua relação com o grupo terrorista Hamas, no âmbito do atual governo.*

Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

**I – RELATÓRIO**

O Senador EDUARDO GIRÃO apresenta à consideração desta Mesa do Senado Federal, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requerimento para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, pedido de informações *sobre sua relação com o grupo terrorista Hamas*, após encontro com o Senhor Sayid Tenório no Palácio do Planalto, em 5 de outubro de 2023.

São apresentados seis quesitos na proposição. Sintetizo os conteúdos: (i) motivos da reunião; (ii) participantes da reunião; (iii) temas tratados na reunião; (iv) posição do Ministro sobre a designação do Hamas como grupo terrorista; (v) posição da Secretaria de Relações Institucionais sobre o ataque terrorista; (vi) ações a serem adotadas pela Secretaria de Relações Institucionais frente ao suposto apoiador do Hamas. Requer-se, também, “o envio da ata da reunião, com o registro fotográfico do encontro”.

No interesse de esclarecer o contexto que subjaz o presente Requerimento, o qual não pode ser depreendido da justificação, indico que o Senhor Sayid Tenório, vice-presidente do Instituto Brasil-Palestina, após os ataques realizados pelo Hamas, em 7 de outubro de 2023, realizou manifestações nas redes sociais que parecem endossar ou ao menos tolerar os



ataques, escrevendo “colonos judeus ilegais sentindo na pele por um dia o que os palestinos vêm sofrendo diariamente há 75 anos”, repostando fotos do massacre e caracterizando o Hamas como “movimento de resistência palestino”. Tendo o Senhor Sayid Tenório sido recebido pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais no Palácio do Planalto poucos dias antes, como o demonstram postagens do mesmo usuário, surgiram indagações sobre o teor desse encontro. Em 10 de outubro de 2023, diante da repercussão do caso, o Senhor Sayid Tenório foi exonerado do cargo em comissão que então ocupava, na Câmara dos Deputados.

São esses os fatos relevantes a serem considerados nesta ocasião.

## II – ANÁLISE

Compete à Mesa do Senado Federal, por ocasião do desempenho da atribuição constitucional para *encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República*, examinar se as proposições a ela dirigidas preenchem os requisitos de admissibilidade pertinentes.

O Ato da Mesa nº 1, de 2012, autoriza o Presidente a designar, entre os membros da Mesa do Senado Federal, quem atuará na relatoria, função que me foi honrosamente incumbida, na condição de Primeiro Vice-Presidente.

A tramitação dos requerimentos de informação está disciplinada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, diploma que consolida os requisitos de admissibilidade a serem avaliados pela Mesa do Senado Federal. São, em síntese, os requisitos em questão: (i) estar dirigido a autoridade legítima; (ii) tratar de temas afetos a sua esfera de competências; (iii) não contemplar sugestão, conselho ou interrogação especulativa; (iv) se ajustar ao desempenho da função fiscalizadora do Poder Legislativo; e (v) não se referir a informações já disponíveis ou prestadas em pedido anterior.

Ao examinar os quesitos apresentados pelo Requerente e sintetizados neste Parecer, considero que nem todos atendem adequadamente aos requisitos regimentais.

Em primeiro lugar, a indagação se o Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais “ainda é contra denominar o Hamas de organização terrorista”, parece aproximar-se do campo da

interrogação especulativa, desaconselhada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001. E não apenas isso. Embora eventual reconhecimento do Hamas como grupo terrorista não seja de todo alheio aos temas tratados pela Secretaria de Relações Institucionais, na forma das competências previstas para o órgão no art. 5º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 (Lei de Organização da Presidência da República e dos Ministérios), tem-se que o tema guarda muito mais pertinência com a esfera de atribuições do Ministério das Relações Exteriores, na forma do art. 44, incisos I a IV, daquele mesmo diploma. Assim, noto também caber a outra autoridade o exame dessa questão.

Em segundo lugar, considerando que o Senhor Sayid Tenório não apresenta vínculo funcional com a Secretaria de Relações Institucionais, não há medida a ser adotada pelo órgão nas esferas civil e administrativa. Em se dirigindo o quesito a medidas de caráter penal, tampouco seria esse o caso.

Com isso, excluindo-se do requerimento de informações os quesitos de natureza especulativa ou que não são próprios à esfera de atribuições da autoridade a ser indagada, concluo que somente são adequadas as questões que tentam elucidar circunstâncias relacionadas à reunião. Trata-se, portanto, de caso de aprovação parcial.

Observe-se que a possibilidade de aprovação parcial está expressamente prevista no art. 2º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, hipótese em que apenas serão encaminhados à autoridade os quesitos deferidos.

Em síntese, uma vez que apenas estão parcialmente atendidos os requisitos de admissibilidade, inclino-me pela aprovação parcial do pedido de informações, para apenas constar de seu texto os quesitos 1 a 4 do Requerimento nº 905, de 2023, que tratam da reunião, excluindo-se os quesitos 5 e 6 da peça a ser encaminhada ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais.

Caso adotado o recorte sugerido neste Parecer, no sentido da aprovação parcial do Requerimento, constato que ele deixará de conter matéria superposta a outras proposições em tramitação nesta Casa Legislativa. Com isso, não se aplicará à hipótese a consequência prevista no art. 3º, § 2º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que determina a suspensão de tramitação das demais proposições.

Por fim, diante da natureza do tema, vale registrar que, caso o Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais



julgue pertinente enviar documentos ou dados sigilosos, essas peças terão o sigilo resguardado por esta Casa Legislativa, nos termos dos arts. 13 e 14 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

### III – VOTO

Preenchidos os requisitos pertinentes apenas por alguns dos quesitos formulados pelo Requerente, somos pela aprovação parcial do Requerimento nº 905, de 2023, na forma deste Parecer, excluindo-se os quesitos 5 e 6 do pedido de informações.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



gd2023-14637

Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6348065851>